

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
26-08-2020	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,18,19

Indústria extrativa denuncia incentivo à “corrupção local”

EMPRESAS 18

MINAS E PEDREIRAS

Indústria extrativa denuncia “incentivo à corrupção local”

Os decretos-lei propostos pelo Governo para regulamentar a exploração de depósitos e massas minerais são apedrejados pelos produtores de argilas e areias especiais, assim como toda a indústria extrativa, que até se queixaram a António Costa e Silva, autor do plano de retoma pós-covid-19.

RUI NEVES

ruineves@negocios.pt

O grosso da indústria portuguesa de extração e produção de matérias-primas minerais, como areias, britas, argilas ou caulinos, arrasa a regulamentação em curso pelo Governo das chamadas “Lei de Minas” e “Lei de Pedreiras”, cuja consulta pública terminou a 31 de julho, no primeiro caso, estando a relativa às massas minerais (pedreiras) a decorrer até 28 de agosto.

“Os diplomas propostos têm bastantes restrições à atividade e algumas nuances que são, no mínimo, um incentivo à corrupção local ou à subserviência do privado ao poder político”, considera o Grupo de Representantes da Indústria Extrativa, que integra 18 conglomerados nacionais do setor, entre os quais os grupos Sorgila e Lagoa, em documento enviado ao Negócios.

Este grupo setorial, que se queixa de não ter sido informado nem consultado sobre a nova legislação, diz que enviou “emails e mensagens” a todos os ministérios competentes, assim como a António Costa Silva, o autor do plano estratégico da retoma económica portuguesa a pedido do Governo.

“Sendo o professor um doutorado em minas, desenvolvemos o contacto no sentido de o sensibilizar que o futuro do setor extrativo está em causa, pondo também em causa diversos setores estratégicos da economia devido à sua preponderância em toda a cadeia de valor acrescentado”, justifica.

No email enviado a Costa Silva, o grupo de 18 empresas desta



O autointitulado Grupo de Representantes da Indústria Extrativa desmultiplica-se em alertas aos ministérios e até a António Costa Silva.

indústria alerta que, “além do crescimento exponencial da burocracia relativa à tramitação dos processos administrativos”, a atribuição do “poder vinculativo aos presidentes das câmaras será a machadada final na atribuição de novas áreas”.

Isto porque, alega, “a pressão das associações ambientalistas junto das populações levarão sempre os presidentes de câmara a dar parecer negativo vinculativo ao aparecimento de novas explorações”, dando como exemplos “os casos da prospeção de gás e petróleo”, assim como aquilo que clas-

sifica como “um caso bem badalado como o do novo aeroporto”.

Em declarações ao Negócios, o mesmo grupo é mais duro nas acusações: “O poder local poderá vetar o trabalho da indústria exploradora, e isto levará a situações de desigualdade entre operadores e à promoção da corrupção local, mesmo que velada”, alerta.

Elembra que no seu seio “existem áreas cujos contratos estão para ser assinados – com todos os requisitos cumpridos junto das entidades competentes há mais de sete anos”. Ou seja, lamenta, “as empresas investem na prospeção,

na aquisição de terrenos, nos estudos de impacto ambiental e aguardam ‘pacientemente’ que seja assinado o contrato com o Estado para poder trabalhar”.

Lei “cheia de armadilhas”

Na missiva enviada a Costa Silva, que era acompanhada por um parecer jurídico sobre a proposta de decreto-lei que pretende substituir a “Lei de Minas”, o mesmo grupo setorial avisa que “estas dificuldades que se adivinham para os produtores de matérias-primas minerais irão refletir-se, a curto prazo, no aumento de preços”.

Um efeito “com reflexos diretos nas empresas transformadoras, nomeadamente da cerâmica e do vidro, que perderão competitividade nas exportações”, garante. Já a médio prazo, acrescenta, “colocar-se-ão ainda dificuldades de garantia de abastecimento dessas matérias-primas à indústria nacional”, o que “poderá trazer uma estagnação do setor transformador e o consequente desemprego”. Recado para o autor do plano de retoma pós-covid-19: “Qualquer plano de crescimento económico passa inevitavelmente pelo aumen-

Raúl Coelho

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
26-08-2020	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,18,19

“

Os diplomas propostos têm bastantes restrições à atividade e algumas nuances que são, no mínimo, um incentivo à corrupção local ou à subserviência do privado ao poder político.

A atribuição do poder de parecer vinculativo aos presidentes das câmaras municipais será a machadada final na atribuição de novas áreas.

INDÚSTRIA EXTRATIVA
Grupo de representantes
de 18 empresas do setor

”

to do consumo de matérias-primas minerais”.

Já quando confrontada com a nova proposta de decreto-lei relativo aos depósitos minerais, a ANIET – Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora concluiu que em causa está “a implementação de uma lei cheia de ‘armadilhas’”, sendo que “surge em altura de recessão provocada pela pandemia e pela consulta em período de férias”. Uma realidade que, em seu entender, “irá, certamente, incentivar o desinvestimento nacional e estrangeiro”. ■